

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO**  
**Equipe de licitação KAPPA**

**TERMO DE RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 0015.135818/2021-16**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 446/2021/KAPPA/SUPEL/RO**

**OBJETO:** Aquisição de licenças de Softwares Microsoft, para atender as necessidades da IDARON.

**DA ADMISSIBILIDADE**

O pedido de Esclarecimento, fora encaminhado pela empresa VIVO EMPRESAS, via e-mail, no dia 12/11/2021, nesse sentido considerando que a sessão inaugural esta pré-agendada para o dia 18/11/2021 às 10 horas (horário de Brasília), informamos, portanto, que resta recebido e conhecido, sendo ele tempestivo.

**DO QUESTIONAMENTO 1**

Do item “2.1.2. Das Garantia dos Softwares - Além dos contratos administrativos, a CONTRATANTE não aceitará assinar contratos com o FABRICANTE para o recebimento das licenças decorrentes deste processo, ficando a LICITANTE obrigada a efetuar os seus pedidos ciente desta condição, bem como comprovar através do site do fabricante que as licenças adquiridas estão devidamente registradas no nome do CONTRATANTE.” O Edital solicita licenças de software Microsoft e Part Number’s relativos á contratos LSP na modalidade MPSA, porém para essa modalidade, devido regra do próprio fabricante, é necessário que para a ativação das licenças, a Contratante, faça o aceite eletrônico nos termos de contrato da Microsoft, não podendo o parceiro vencedor do certame, fazer isso pelo cliente. Diante disso, o Órgão está ciente dessa condição, e concorda com essa regra da Microsoft? Caso negativo, entendemos que as licenças poderão ser fornecidas através da Modalidade Select Plus, com as mesmas características solicitada no Objeto, porém , para essa modalidade, não existe obrigatoriedade de aceite adicional. Nosso entendimento está correto?

**RESPOSTA EQUIPE TÉCNICA DA IDARON AO QUESTIONAMENTO 1**

Após manifestação de **Felipe Câmara, Analista de T.I. COTIC/IDARON**, informamos que:” *Conforme o disposto no Termo de Referência, as licenças devem ser corporativas e devidamente registradas na Microsoft em nome da IDARON (ente integrante da administração pública indireta). De acordo com a Microsoft, o modelo MPSA é recomendado para empresas e entes governamentais com mais de 250 usuários/dispositivos [1] e só pode ser vendido por parceiros LSP [2]. Dessa forma, caso a fabricante não permita o credenciamento para atuar nesse segmento, estas não poderiam atender ao determinado pelo Edital e, portanto, não conseguiriam participar do certame.*

**DO QUESTIONAMENTO 2**

**DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

\*\*\* No comprasnet, o campo "valor total" é o resultado a multiplicação dos campos "valor unitário" e "quantidade". Considerando o valor de referência do edital para o lote III que é R\$ 194.222,00 para a quantidade de 200 Licenças, devo cadastrar no campo "valor unitário " R\$ 971,11 ?e no campo global o valor de R\$ 194.222,00? Meu entendimento está correto?

**RESPOSTA EQUIPE TÉCNICA DA IDARON AO QUESTIONAMENTO 2**

Sim, o entendimento está correto

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO**  
**Equipe de licitação KAPPA**

**DO QUESTIONAMENTO 3 -**

**14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, aqui utilizada como boa prática pela Administração, e no Art. 6º, do Decreto nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia, no que couber.

A licitante deverá apresentar certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou Instituição Credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o objeto fornecido cumpre com as exigências do Edital

\*\*\* Referente a sustentabilidade, o que devemos comprovar é que cumprimos o que consta no "Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, e no Art. 6º, do Decreto nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia? Meu entendimento está correto?

\*\*\* Por se tratar de serviço e não de produto, entendo que a certificação deve se referir a empresa e não ao objeto. Meu entendimento está correto?

**RESPOSTA EQUIPE TÉCNICA DA EQUIPE KAPPA/SUPEL QUESTIONAMENTO 3**

Após manifestação de JEFFERSON MARCOS NOTÁRIO BARBOSA, Gerente da COAF, informamos que sim, está correto vosso entendimento.

**DA DECISÃO**

Desta forma, considera-se sanado o Pedido de ESCLARECIMENTO, informamos ainda que tais questionamento já fora respondido anteriormente.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários através do telefone (69)3212-9272, e-mail: supel.kappa@gmail.com.

Porto Velho, 16 de Novembro de 2021.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO